

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2026
(Do Sr. JÚLIO LOPES)

Requer informações à Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Sra. Marina Silva, por meio do Presidente do IBAMA, Sr. Rodrigo Agostinho, acerca da situação do licenciamento do Projeto de Santa Quitéria.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex^a., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas à Exma. Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Sra. Marina Silva, por meio do Presidente do IBAMA, Sr. Rodrigo Agostinho, informações acerca da situação do licenciamento ambiental do Projeto de Santa Quitéria, referente ao Processo nº 02001.014391/2020-17.

Solicita-se, que sejam prestadas as seguintes informações:

- 1) Qual é a situação atual do processo de licenciamento ambiental do Projeto Santa Quitéria no âmbito do IBAMA?
- 2) Quais etapas do licenciamento ambiental já foram concluídas e quais ainda se encontram pendentes?
- 3) Há previsão de prazo para a conclusão da análise técnica do processo e eventual emissão da licença ambiental correspondente?



4) Após a realização das audiências públicas em março de 2025, quais providências foram adotadas pelo IBAMA no âmbito do processo de licenciamento?

5) Existem exigências técnicas, complementações de estudos ou diligências adicionais solicitadas ao empreendedor que ainda estejam pendentes de atendimento? Em caso afirmativo, quais?

6) Há algum fator técnico, administrativo ou jurídico que esteja impactando o avanço do processo de licenciamento?

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto Santa Quitéria, no Ceará, é estratégico para o desenvolvimento econômico e tecnológico. Desenvolvido por meio de consórcio entre a Indústrias Nucleares do Brasil (INB) e o Grupo Galvani, o empreendimento de mineração de urânio e fosfato prevê mais de R\$ 2,3 bilhões em investimentos e operação por 20 anos.

A iniciativa possui grande relevância por combinar dois objetivos estratégicos. De um lado, contribuir para o fortalecimento da cadeia produtiva de fertilizantes fosfatados no país, ampliando a produção nacional de insumos essenciais à agricultura brasileira, inclusive com a produção de fosfato bicálcico utilizado na suplementação animal. De outro, viabilizar a produção de concentrado de urânio, insumo fundamental para o abastecimento do programa nuclear brasileiro e para a geração de energia nuclear.

Nesse contexto, o projeto dialoga diretamente com temas sensíveis à segurança energética e alimentar do país, além de gerar empregos, renda e desenvolvimento regional. O empreendimento também tem potencial para reduzir a dependência externa de fertilizantes, questão que ganhou maior relevância no cenário geopolítico.



Registra-se que audiências públicas foram realizadas em março de 2025 com o objetivo de debater o empreendimento com a sociedade e coletar contribuições ao processo de licenciamento ambiental. Entretanto, pelas informações disponíveis, o processo ainda não apresentou avanços significativos.

Diante da importância estratégica do projeto e da necessidade de assegurar transparência e previsibilidade aos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos relevantes para o país, torna-se fundamental que esta Comissão obtenha informações atualizadas sobre o andamento do referido processo.

Sala das Sessões, em de de 2026.

Deputado JULIO LOPES
(PP-RJ)

